

A universidade medieval como uma das criações mais originais da Europa desta época, instituição claramente definida, fortemente organizada, que durante quase três séculos deteve o quase monopólio de um certo tipo de ensino e de cultura.

Objectivo: Estudo das universidades enquanto instituições e enquanto grupos humanos, enquadrados num contexto histórico preciso: «*histoire externe*»; *rôle «professionel*».

6

Procura das bases sociais e institucionais de uma actividade intelectual, análise dos laços entre a universidade medieval e a sociedade do seu tempo.

Importância do conhecimento das universidades como instituições e grupos humanos para esclarecer a própria história das ideias.

9

Première Partie
NAISSANCE ET AFFIRMATION DES UNIVERSITÉS (DOUZIÈME-TREZIÈME SIÈCLES)
Chapitre Premier
Naissance des Universités

P. Denifle distingue as universidades de fundação pontifical, de fundação imperial e as de fundação pontifical e imperial.

10

Necessidade do conhecimento das condições sociais e das necessidades intelectuais que originaram o nascimento das universidades.

As escolas do século XII na origem das universidades.

Importância de Paris e Bolonha.

1. Les écoles en Occident au début du XIIe siècle

Subsistência de escolas laicas apenas em Itália (privadas e mal conhecidas).

Ensino, juntamente com as artes liberais, da arte notarial e do direito prático (Roma, Ravena, Bolonha, Pavia, etc.).

Ensino da medicina em Salerno, nas margens do mundo árabe, onde uma escola se desenvolvera desde o fim do século X.

Um **magister scholarum** à cabeça de cada escola pertencente à Igreja.

Estas escolas eram destinadas aos oblatos dos mosteiros e aos jovens clérigos ligados aos capítulos cujo clero integrariam mais tarde. Podiam admitir também alunos de fora - clérigos atraídos pela reputação de um mestre famoso, jovens nobres a quem os pais pretendiam dar uma formação (como Abelardo ou o futuro S. Bernardo).

11

Nos conventos, distinção entre escola interna e escola externa, sendo esta normalmente situada fora e cujo mestre não era, muitas vezes, monge.

O nível destas escolas era frequentemente medíocre. O seu principal objectivo era preparar os jovens clérigos para as suas funções litúrgicas.

O «ensino superior» era reservado a um restrito número de locais, e ligava-se sobretudo à presença de mestres muito conceituados.

De Pierre Damien a São Bernardo, todos os autores do grande movimento de restauração monástica que se desenvolveu no Ocidente durante o século XI, foram hostis, não tanto à cultura - como se tem dito -, mas ao ensino escolar praticado então, baseado nas artes liberais e na leitura dos autores antigos.

A formação intelectual do monge encontrava os seus meios e os seus fins tradicionais: o humilde trabalho do copista, a leitura e a meditação pessoal, não sendo tudo isto senão um preparar para a oração.

A geografia dos grandes centros escolares desta época é reveladora:

- todos se situam em cidades de uma considerável importância;
- são sobretudo escolas catedrais;
- as abadias que conservam uma escola activa situam-se em cidades e são normalmente pertencentes a cónegos regantes;

12

· estes centros encontram-se repartidos de uma forma muito desigual: algumas zonas, como a Alemanha, estão praticamente vazias;

· a Itália do Norte é a zona com mais escolas, tanto laicas como eclesiásticas;

· também a região do entre-Loire-e-Reno é dotada de bastantes escolas (catedrais), com destaque para Paris, cujos precoce desenvolvimento económico e ordem assegurada pelos Capetíngios contribuíram para o afluxo de estudantes.

Os **programas e métodos** usados nestas escolas são ainda em boa medida os que Alcuíno adaptara às escolas da época carolíngia: As **sete artes liberais** estão na base do ensino, e a **teologia**, no seu topo.

Para cada matéria existem determinadas obras fundamentais, cuja leitura é complementada pelo estudo de alguns *auctores* universalmente reconhecidos:

* o estudo da **gramática**, pelos manuais de **Donato** e **Prisciano**, e da **retórica**, por **Cícero**, é complementado pela leitura de alguns poetas antigos, como **Virgílio** ou **Ovídio**;

* **Aristóteles** é o autor fundamental para a **lógica** (através do que da sua obra então se conhecia - os tratados traduzidos por **Boécio** no século VI, que formavam aquilo a que mais tarde se chamou a **logica vetus**);

* a leitura da **Bíblia**, acompanhada da dos comentários dos **Padres**, particularmente os de **Gregório Magno**.

O **método** era sempre o mesmo - *lectio*, comentário, etc.

13

Hugo de São Vítor, no seu **Didascalion** (primeira metade do século XII) apresentou um esquema muito preciso deste método, mostrando como o recurso às artes do **trivium** e do **quadrivium** podiam ajudar à interpretação dos significados da Santa Escritura.

A **gramática** predominava como base dos estudos, um pouco por toda a parte.

Em Paris, desde o início do século XII, a **dialéctica** e a **teologia** eram as actividades essenciais das escolas, como virão a ser da universidade.

Pouco praticada na época carolíngia, a **dialéctica** foi recuperada no século XI. Mas tratava-se ainda de uma arte desajeitada, não dispo de um utensílio medíocre - as traduções de **Aristóteles** por **Boécio**, adaptadas e recheadas de elementos neo-platónicos, que deformavam o pensamento original.

14

Nos finais do século XI, no entanto, os autores começaram a fazer da **dialéctica** um uso mais fecundo, que a tornou num dos métodos essenciais da **teologia**.

Anselmo (1033?-1109) tentou construir uma teologia racional.

Abelardo, mais importante, fez sair a **dialéctica** das escolas de artes para a introduzir nas de **teologia**, onde se tornou instrumento indispensável no comentário bíblico. Em **Sic et Non**, tentou mostrar como a **dialéctica** permitia ultrapassar as contradições e obscuridades aparentes da Bíblia e da Patrística.

15

A maior parte destes autores sofreu condenações por parte da Igreja.

Para que este movimento se desenvolvesse, era-lhe necessário o acesso a novos textos, sobretudo aos da herança grega, ignorada pelo «renascimento carolíngio». Era também necessário que o quadro das escolas se alargasse e se tornasse menos severo, para que mestres e alunos nele encontrassem, no plano social, o dinamismo e a autonomia que, no plano intelectual, a dialéctica lhes fornecia. O século XII encarregar-se-ia dessa dupla tarefa.

2. La Renaissance du XIIe siècle

A) Traducteurs et traductions

A «herança grega» não poderia ser aproveitada senão por intermédio de traduções pois, durante o Baixo-Império, o conhecimento do Grego tinha de facto sido perdido.

É interessante notar que a geografia dos centros de tradução não coincide com a das escolas. Eles encontram-se sobretudo no contacto com os países onde a herança grega se mantivera viva: **Bizâncio** e o **mundo muçulmano**:

• a Itália do Norte estava, através de **Veneza**, em contacto com o mundo grego, tendo fornecido um número apreciável de tradutores conhecedores da língua grega (*Jacques de Venise, Burgundio de Pise*);

• a **Sicília** conhece, no século XII, uma civilização particular, fundada num verdadeiro trilinguismo (Latim, Grego, Árabe), o que fez dela um ponto privilegiado para a actividade dos tradutores;

• a **Espanha** forneceu o maior número de traduções: o desenvolvimento da civilização muçulmana espanhola dos séculos X e XI, ilustrado por inúmeros sábios e filósofos helenizantes, os estreitos laços com os cristãos e a existência de importantes minorias bi- ou trilingues (judeus, moçárabes) colocadas na posição de intermediárias entre as duas culturas explicam este facto.

A escola de tradutores de **Toledo**, criada pelo arcebispo Raimundo (1125-1151), foi a mais conhecida, mas não a única. Entre aqueles, existiam também bastantes estrangeiros.

17

Foram os tradutores estrangeiros que, juntamente com os monges cluniacenses e os peregrinos de Santiago de Compostela, permitiram a difusão rápida, por toda a Europa, das traduções feitas em Espanha.

As suas traduções, estritamente literais, não tinham pretensões de elegância, e são de leitura penosa; para os textos gregos, inúmeros intermediários separavam o original da tradução. Elas são, no entanto, bastante mais exactas do que muitas vezes se acredita.

Traduções executadas entre 1130 e 1180: «primeira geração de tradutores»

O esforço destes indivíduos concentrou-se sobretudo sobre a filosofia e as ciências gregas. Antes do final do século XII, praticamente toda a obra de aristóteles era já conhecida. A ele eram atribuídas diversas obras de outros autores.

Euclides, Arquimedes, Ptolomeu, Hipócrates, Galeno, são autores que se tornam mais bem conhecidos.

18

No século XII traduziram-se igualmente para Latim comentários árabes às grandes obras gregas: tratados de matemática (como os de **al-Khwarizmi**, inventor da álgebra), de astronomia, de ciências naturais, medicina (como os de **al-Razi**, no ocidente chamado **Rhazes**, ou o **Canon** de **Ibn-Sina**, dito **Avicena**).

Importância das áreas de conhecimento negligenciadas pelos tradutores, nomeadamente a literatura propriamente dita, **Platão** e a tradição platónica (que só serão recuperadas no século XV).

No domínio do **direito**, o século XII também aumentou consideravelmente o número de fontes disponíveis. Não se trata aqui de traduções, mas de uma recuperação mais intensa do direito romano, em parte posto de parte face ao recurso às leis bárbaras e ao direito consuetudinário, após a queda do Império Romano.

19

Nos últimos anos do século XI a querela das investiduras coduz a um acordar da actividade jurídica, implicando um intenso trabalho de investigação e de ordenação das fontes do direito.

O crescimento dos stocks de textos à disposição dos mestres e dos alunos não é, no entanto, suficiente para explicar a profunda transformação da organização escolar do Ocidente ao longo do século XII.

20

Importância das condições sociais e políticas.

O nascimento das universidades é claramente indissociável da evolução das cidades em certas regiões da Europa, a partir do fim do século XI.

B) L'essor urbain

Referência ao aumento demográfico.

As cidades do século XII não se distinguem do meio que as envolvia apenas pela sua importância demográfica, mas sobretudo por aquilo que tinham para oferecer: condições económicas, sociais e políticas verdadeiramente novas.

21

A aproximação de homens de origens diversas oferecia possibilidades de um enriquecimento não só material mas também intelectual e espiritual.

A cidade é também a **corporação**, frequentemente chamada **universitas**.

Importância dos **laços horizontais** de dependência criados pelas corporações.

entre os séculos XII e XIII, a definição jurídica da corporação tornou-se mais precisa. Ela define-se pela sua **autonomia jurídica** e pelo **reconhecimento por parte dos poderes públicos** da sua personalidade moral.

22

A cidade associada à liberdade.

Consciencialização por parte dos cidadãos de um estilo de vida particular e original, que conduz à formação de solidariedades.

As transformações do século XII têm importantes repercussões sobre a vida escolar. Os indivíduos desta época tiveram a consciência da «revolução escolar» que viviam.

23

Aspectos destas alterações:

aspecto quantitativo: o século XII assistiu por toda a parte à multiplicação das escolas, pelo menos nas cidades, visto que os grandes mosteiros rurais, pelo contrário, tendiam a fechar as suas portas; **a população escolar começa a formar um grupo importante e a colocar problemas específicos** no plano social; o afluxo dos estudantes às cidades origina um problema de alojamento;

as medidas tomadas pelo **III Concílio de Latrão** (1179) documentam o aumento do número de mestres e alunos: por um lado, a obrigatoriedade para cada capítulo de catedral de ter uma escola e a instituição de uma prebenda para os professores (que servia igualmente para proclamar o princípio da gratuidade do ensino); por outro, o concílio determinou que os *écolatres* deviam outorgar a *licentia docendi* a todos os que a solicitassem, desde que fossem considerados aptos.

24

Com estas medidas, a Igreja afirma o seu monopólio escolar muito mais fortemente que no início do século XII, onde a raridade das escolas fazia com que o problema não se pusesse. No século XIII, no entanto, o papado cria para as universidades uma *licentia ubique docendi*, de valor universal, que retira a validade das autorizações diocesanas.

Mas o III Concílio de Latrão não resolveu os problemas práticos que a multiplicação dos estudantes e mestres estava a colocar. Cabia então a estes a organização e a criação de condições para a outorga da *licentia* papal, a regulamentação das remunerações, etc.

25

O estudo deixa de ser apenas uma propedêutica para a abordagem das Sagradas Escrituras. O recurso à dialéctica permitia colocar novas questões, de ordem filosófica e científica.

Au moment même où l'intellectuel prend conscience de la spécificité de son travail qui ne se ramène pas à celui du clerc attaché à son église, il découvre aussi que les méthodes et la visée de sa recherche et de son enseignement sont autonomes.

3. Les Premières Universités

A) Paris

No século XI existem já escolas activas em Paris, nas casas dos cônegos construídas em torno da catedral. Os mestres são na sua maioria cônegos. No início do século XII, estas escolas conhecem um desenvolvimento considerável. Abelardo constitui uma evidência dessa evolução.

26

O carácter internacional, que viria a ser uma das características das universidades, afirmava-se já nas escolas do século XII.

A Notre-Dame constituía o principal centro escolar, sobretudo de **teologia**.

Os mestres que ensinaram em Paris após 1140 realizaram uma importante obra, e foram autores dos manuais que a universidade tornou fundamentais até ao fim da Idade Média, como o **Liber Sententiarum**, de **Pedro Lombardo**, que expôs pela primeira vez de forma completa e metódica todas as questões da fé e do dogma ou a **Historia scolastica** de **Pierre le Mangeur**, espécie de manual de história santa.

Após 1150, vemos surgir em Paris, sob a direcção de mestres muitas vezes formados em Itália, escolas de **direito e medicina**.

27

O sucesso destas escolas deveu-se à preparação prática que elas fornecia para o desempenho de funções e profissões lucrativas e de prestígio (sobretudo os de direito).

Problemas de organização surgidos em função do aumento do número de escolas. *C'est de cette remise en question des institutions scolaires que devait sortir, dans les premiers années du XIIIe siècle, l'université de Paris.*

Os documentos que conhecemos sobre os primeiros tempos da universidade (privilégios reais, bulas) não criam a universidade; são antes a sua confirmação e reconhecimento por parte das autoridades.

28

Os anos da génese da universidade de Paris parecem marcados por uma dupla tendência:

por um lado, a afirmação do carácter eclesiástico da universidade. O século XII tinha começado por registar uma tendência para a «laicização» das escolas (os mestres livres e os seus alunos não dependiam directamente da Igreja; sentiam-se mais próximos dos restantes trabalhadores urbanos do que do meio eclesiástico tradicional); o III Concílio de Latrão reafirmou o domínio da Igreja sobre o ensino;

29

por outro lado, mesmo no caminho da «laicização» do ensino, o meio escolar não se integrava de uma forma perfeita na sociedade urbana envolvente; o seu recrutamento obedecia a uma série de condições específicas desconhecidas das outras profissões. Disto resultava o permanente estado de tensão entre estudantes e burgueses, que conduziu a conflitos violentos.

Nestas condições, mestres e alunos compreenderam que lhes era preferível manterem-se no seio da Igreja, para escaparem à justiça do rei e dos seus oficiais, e não se opuseram aos esforços das autoridades eclesiásticas para definir o estudante como um clérigo. Por seu lado, a monarquia capetíngia favoreceu também esta tendência, o que lhe permitiu deixar à Igreja a responsabilidade da disciplina interna deste foco de agitação que eram as escolas parisienses.

30

A pertença ao clero tornava-se pouco preocupante para os professores e mestres visto que, graças à política do papado, não constituía obstáculo à outra grande corrente que animava as escolas parisienses deste período, que era a tendência para a organização, face às autoridades locais, sob a forma de uma **corporação autónoma**, autosuficiente no recrutamento efectuado e na condução do seu trabalho.

O bispo de Paris e o seu chanceler tornam-se os grandes opositores ao desenvolvimento da universidade. Philippe de Grève, o chanceler, afirmava serem os próprios princípios da organização corporativa contrários à boa condução dos estudos.

31

Afirma, num dos seus sermões: « ... *Maintenant que vous vous êtes unis pour former une université, les leçons sont devenues rares, tout se fait à la hâte, l'enseignement est réduit à peu de choses ... Les jeunes ne pensent qu'à former d'abominables complots et à préparer des expéditions nocturnes* ».

1170-1180: surge a primeira forma de associação entre os mestres das escolas parisienses.

A década de 1200-1210 deve ter sido decisiva para o seu desenvolvimento.

32

O governo real vai-se tornar cada vez mais desconfiado face aos estudantes, sobretudo durante a regência de **Branca de Castela**.

Por outro lado, o **Papa** torna-se o principal aliado dos mestres e alunos. As suas razões eram o desejo de aumentar, graças às universidades, a centralização da Igreja, dotar a cristandade de grandes centros de estudos religiosos directamente ligados ao papado, numa época em que as **heresias** se manifestavam por toda a parte.

33

O desenvolvimento da corporação universitária foi em grande parte espontâneo: os indivíduos criaram eles próprios as estruturas necessárias e procuraram depois o seu reconhecimento por meio de uma bula pontifical.

Quando a confirmação papal não chegava para vencer as resistências locais, os mestres tinham outros meios de luta, cuja legitimidade foi confirmada em 1231 pelo papa: a **greve** e a **dispersão**.

A inexistência de edifícios ou rendimentos próprios da universidade tornava possível a partida dos seus alunos e mestres.

Importância do grupo universitário como **consumidor**, do **prestígio** ligado à sua presença, e do seu papel de **centro de produção cultural**: fazem com que as dispersões fossem dificilmente suportadas pelos burgueses, pelo rei e pelo papado; as universidades tinham assim um bem precioso para negociar.

Progressivamente, os mestres parisienses alcançam quase todos os privilégios que definem uma **corporação** aos olhos dos juristas da época.

Exigências da corporação universitária:

decidir sobre o recrutamento; desde 1212-1213, os mestres obtêm a licença do chanceler para os candidatos, sem qualquer exigência de dinheiro ou de um juramento de fidelidade;

dar-se os estatutos que regulam o seu funcionamento interno e ter o direito de exigir dos seus membros um juramento de obediência a estes estatutos, podendo expulsar os infractores;

eleger os oficiais que asseguram o cumprimento dos estatutos e representam a corporação junto das autoridades exteriores;

35

possuir um selo, símbolo da sua autonomia.

Jurisdição da Igreja sobre os universitários, enquanto que os membros das outras corporações se submetiam aos juízes.

O papa cria uma instituição original, encarregada de condenar toda a violação dos privilégios da universidade, o **conservador dos privilégios apostólicos**.

36

Contradições inerentes à corporação universitária (segundo **Jacques le Goff**): apesar de corporação urbana, a universidade mantém-se uma instituição da Igreja; corporação local, pretende uma expansão internacional, sob a égide da Santa Sé.

B) Bologne

Segundo **G. Cencetti**, é das escolas notariais (que prosperavam desde o século XI) que nasce a universidade. O ensino aqui ministrado era baseado nas artes liberais, completadas por algumas noções de direito, tiradas das leis bárbaras e do código teodosiano.

37

A matéria e a forma do ensino parece ter sofrido grandes alterações durante o século XII, com o aumento dos textos disponíveis. A organização das escolas bolonhesas alterou-se igualmente durante este período.

Importância do facto de Bolonha se situar no centro da polémica entre papas e imperadores.

O poder das comunas e a associação privada com o objectivo da protecção mútua vão afirmar-se nesta região. Alguns grupos sociais ou profissionais da cidade, e entre eles as escolas, organizaram-se segundo este modelo.

Cada doutor formou com os seus alunos uma *societas*; a um nível superior, é provável que o conjunto dos mestres tenha também formado uma associação.

38

Apesar de a associação de mestres ser a mais precoce, a universidade que surge em Bolonha, no século XIII, é uma universidade de estudantes.

39

Os doutores colocaram-se do lado do imperador (de quem recebem privilégios), contra as comunas.

Por desconfiança face ao grupo dos mestres, mas na necessidade de fixar as escolas na cidade (por serem elas fonte de prestígio e de riqueza), a comuna exige aos doutores um juramento que os impede de ensinar fora de bolonha.

Na mesma época, os estudantes (pelo menos os estudantes estrangeiros) agrupam-se para se defenderem. Não sendo membros da comuna, a garantia imperial já não era suficiente. A sua associação permite-lhes negociar com a comuna a concessão de certos privilégios. Estas *universitas* ou *societates* de estudantes acabam por se constituir em dois grupos: Citramontanos e Ultramontanos (sendo estes os estrangeiros). Cada um deles dividia-se num certo número de «nações». À cabeça destas universidades surgiram, nos últimos anos do século XII, dois «reitores» eleitos.

Esta evolução suscitou a dupla oposição dos doutores e das comunas.

Face aos mestres, os estudantes tinham uma importante vantagem: muitos dos doutores, laicos, não viviam do rendimento de um benefício eclesiástico, mas dos honorários (*collectæ*) pagos pelos estudantes.

40

Em Bolonha, ao contrário de Paris, os estudantes tinham, na sua maioria, mais de vinte anos; e muitos, sobretudo os alemães, eram de famílias ricas, o que lhes dava mais maturidade e segurança para se organizarem entre eles e para negociarem com a comuna.

O recurso à secessão fez-se várias vezes, tendo a mais importante, em 1222, dado origem à universidade de Pádua.

Tal como os mestres parisienses, os alunos bolonheses gozavam da protecção papal.

A comuna, passada em 1228 para as mãos do *popolo*, reconheceu aos estudantes estrangeiros todos os privilégios dos cidadãos de Bolonha.

41

Por volta de 1230, a universidade de Bolonha estava definitivamente estabelecida, dotada de privilégios de diferentes origens (imperiais, papais, comunais).

4. Universidades «Espontâneas» e Universidades «Criadas»

Outras universidades, para além das de Bolonha e Paris, se formaram no Ocidente antes de 1250, constituindo aquilo a que se chamou a **primeira geração de universidades medievais**.

A) Universidades «espontâneas»

Consideramos «espontâneas» as universidades que nascem do desenvolvimento de escolas preexistentes.

Para além de Paris e Bolonha, outros exemplo são a universidade de **Oxford** e a universidade de medicina de **Montpellier**.

42

B) Universités néés par migration

Alguns *studia* nascem da secessão de outras universidades. Alguns deles não têm senão uma existência efémera, desaparecendo com o fim da secessão, mas outros sobreviveram. A

sua organização reflecte a da universidade «mãe».

43

Estas universidades funcionam muitas vezes longamente antes de obterem a bula de fundação e os primeiros estatutos oficiais.

C) Universités «créées»

São «criadas» em todas as suas partes pelo papa ou pelo imperador (apenas eles podiam fazê-lo); estas universidades recebiam desde a sua origem uma bula ou carta de fundação definindo *a priori* os seus estatutos e privilégios.

44

Relativamente às grandes universidades «espontâneas», as universidades «criadas» do século XIII parecem ter sido fundações mediocres. Esta fórmula não conhece verdadeiro sucesso senão nos séculos XIV e XV.

Estas criações traduzem uma atitude nova face ao fenómeno universitário.

Os papas e soberanos decidem criar eles próprios universidades, tendo tomado consciência do papel que elas podiam desempenhar, pondo à disposição da igreja e do Estado um pessoal intelectualmente qualificado. Reconhecem à formação universitária, para além do seu valor cultural e do seu prestígio, uma utilidade prática e um peso político.

45

Últimos exemplos de universidades «criadas»: as **universidades espanholas**: Também os reis de Castela mostraram interesse pelos estudos, criando universidades em **Palência** (1208?-1212?), **Salamanca** (1218) e **Valladolid** (antes de 1250). Entre estas criações, que são uma das últimas manifestações das pretensões «imperiais» dos soberanos espanhóis, apenas a de **Salamanca** se desenvolveu verdadeiramente.

Il ne faut d'ailleurs pas en exagérer l'originalité; ces fondations étaient plus des gestes des princes éclairés, «protecteurs des études», que la marque d'un véritable désir de mettre les universités au service de l'Etat et sous son contrôle.

A adopção de estatutos de tipo bolonhês (com um reitor estudante eleito) assegurou a estas universidades uma autonomia bastante grande e um carácter relativamente democrático, incompatíveis com um verdadeiro controlo por parte do poder real.

O século XIII não preencheu o grande vazio do mapa escolar na Alemanha, Escandinávia e países eslavos. Por outro lado, algumas escolas bastante activas no século XII foram lançadas na sombra face à concorrência dos centros de ensino superior.

47

Chapitre II Les Universités comme Corporations

Marcada unidade do fenómeno universitário através da Europa, em muito devida à acção do papado. No entanto, cada *studium* tem a sua personalidade própria.

48

No século XIII as universidades estão ainda a desenvolver-se; as instituições não tinham ainda acabado de se formar. **Muito do que dizemos sobre as universidades do século XIII baseia-se, de facto, em documentos a ele posteriores.** É necessário pensarmos a realidade universitária do século XIII como muito menos precisa e viva.

1. Instituições e Privilégios

Em Latim medieval, universidade diz-se simultaneamente *studium* e *universitas*, ou *universitas magistrorum et scholarium* ou *universitas studii N.*

Studium: estabelecimento de ensino superior;

Universitas: organização corporativa que faz funcionar o *studium*, garantindo a sua autonomia.

Na vida do *studium*, a *universitas* é assim a sua realidade fundamental e primeira. Não reagrupava todos aqueles cuja actividade estava ligada ao *studium*, mas controlava-os a todos.

Em **Bolonha** são os estudantes que formam a universidade. Asseguram o seu funcionamento, contratam os professores, exercem um controlo constante sobre o valor e a regularidade do seu ensino e mesmo sobre a sua vida privada.

49

Muitas universidades, como a de Toulouse, criam tipos mistos, onde o reitor é escolhido entre os doutores e os mestres e alunos participam conjuntamente nas assembleias e conselhos da universidade.

As universidades controlam também um certo número de indivíduos que para elas trabalham, recebendo em troca a sua protecção e alguns privilégios: bedéis, livreiros, copistas, barbeiros e farmacêuticos (*apothicaires*) vigiados pela faculdade de medicina.

Durante o século XIII surgem as *faculdades* e as *nações*.

As faculdades são sobretudo subdivisões administrativas do *Studium*.

50

Existem quatro **faculdades**, ordenadas segundo a hierarquia da dignidade dos saberes: três faculdades superiores (teologia, direito e medicina) e uma faculdade «preparatória» (artes).

Até ao fim do século XIV os papas impedem a multiplicação das faculdades de teologia.

As **nações** são organizações de entre-ajuda e defesa mútua dos mestres e estudantes. Não existem em todas as universidades. A sua constituição tem por critério a origem geográfica dos membros.

51

Dois princípios que fundamentam a organização das faculdades:

os modelos oferecidos por outras organizações corporativas da época, guildas profissionais, comunas urbanas, etc;

os princípios do direito antigo, completado pela descoberta, em 1260, da *Política* de Aristóteles.

Em regra, o poder é partilhado entre os oficiais eleitos e as assembleias gerais da universidade.

O principal oficial da universidade toma o nome de **reitor**. Verdadeiro chefe da corporação universitária, *caput studii*, o reitor tinha direito a honras e a presenças excepcionais, tanto no interior como no exterior da universidade.

Os seus poderes eram extensos:

geria as finanças em conjunto com as nações;

era o guardião dos estatutos;

tinha jurisdição civil sobre os membros da universidade;

convocava e presidia as assembleias universitárias;

52

era o representante da universidade face às autoridades externas, habilitado para negociar ou intervir na justiça em seu nome, para fazer respeitar os privilégios e defender os membros.

Era assistido por um conselho formado por delegados das nações e de alguns ofícios.

O seu mandato era breve, e estava submetido ao constante controlo das assembleias da universidade.

Os Estados não dispunham ainda de funcionários especialmente encarregados dos assuntos universitários. Apenas os legados pontificais podiam desempenhar um papel importante, outorgando oficialmente estatutos e privilégios, arbitrando conflitos, etc.

As **aulas** tinham lugar em salas alugadas pelos mestres; as assembleias, disputas solenes, exames e cerimónias faziam-se nas igrejas e conventos (sobretudo cistercienses e dominicanos).

53

O governo da universidade liga-se a duas tarefas essenciais:

a defesa dos privilégios universitários;

a organização do trabalho/ensino.

Os privilégios podem ser classificados segundo a sua origem:

uns emanam de **autoridades soberanas: imperadores e papas;**

outros, de **autoridades locais: reis, comunas.**

Podem também ser classificados de acordo com o seu âmbito e objectivo:

alguns são de **alcance local**: visam livrar os estudantes de certas obrigações que pesam sobre a restante população urbana; compreendem a **isenção de serviço militar** e, sobretudo, **vantagens económicas** - os universitários não contribuem para os pedidos, estão dispensados do pagamento de direitos de mercado sobre os produtos que trazem para o seu uso, nomeadamente o vinho e a cerveja; beneficiam ainda da taxaçaõ sobre certos preços, nomeadamente do pagamento dos quartos alugados aos burgueses.

outros privilégios são de âmbito mais geral: os mais importantes são os de **jurisdição**, que põem as **universidades ao abrigo, não só das jurisdições laicas, mas também das jurisdições eclesiásticas locais**. As universidades recebem também do papado apreciáveis privilégios em matéria de benefícios: **podem receber benefícios eclesiásticos e usufruir dos seus rendimentos durante cinco ou sete anos sem neles residirem e sem serem ordenados.**

54

Os Estados são em geral favoráveis às universidades, não procurando contestar os seus privilégios. **Afonso X** de Castela dá, nas *Siete Partidas* (1263) um exemplo de uma legislação escolar muito favorável à autonomia universitária (*Part. II, tit. 2*).

Privilégios na origem de uma hostilidade vinda *d'«en bas»*, ou seja, não das autoridades ameaçadas nas suas prerrogativas, mas de grupos menos privilegiados, descontentes ao verem a posição superior concedida aos universitários.

55

Os conflitos gerados resolveram-se quase sempre com a vitória dos universitários. Eles são, de facto, um dos factores que, separando pouco a pouco as universidades do meio leigo e urbano onde haviam nascido, as colocaram do lado da Igreja e dos príncipes, isto é, dos privilegiados e dos poderes que garantem os seus privilégios.

Oposição entre estudantes e burgueses, antes de mais, no âmbito das **mentalidades**: mais ainda do que a idade, separava-os a **língua** (o estudante é muitas vezes um estrangeiro) e os **costumes**, pelo menos os anunciados: dos Goliardos a *Boccace*, toda a literatura de origem universitária exalta as **proezas amorosas** do clérigo, bem superiores às do burguês e do cavaleiro.

A **violência** é também frequente e razão da adversidade dos burgueses, acentuada ainda pela pouca severidade dos castigos aplicados aos estudantes.

O interesse que os universitários apresentam enquanto **grupo de consumo** é diminuído pelos seus privilégios, que chegavam a estagnar os preços numa época de alta generalizada.

56

2. L'Organisation de l'Enseignement

57

Quase todos os grandes pensadores do século XIII são universitários; a compreensão das suas obras é impossível se não os colocarmos no contexto escolar em que tiveram origem.

A) Programmes

São compostos essencialmente pelos textos das *auctoritates* para cada matéria e dos seus comentadores.

58

Durante o século XIII, as glosas e sumas de inúmeros professores vieram aumentar a lista de livros estudados nas universidades.

Direito:

os textos estudados pertencem aos *Corpus juris canonici* e *Corpus juris civilis*. Os mais importantes são reservados para as aulas «ordinárias» dos doutores (*Decreto* e *Decretais* em direito canónico, *Digesto velho* o os nove primeiros livros do *Código* em direito civil).

Medicina:

os textos de base são pouco numerosos: Hipócrates, Galeno, Constantino o africano e alguns tratados árabes, sobretudo o *Cânone* de Avicena.

Teologia:

o seu estudo parte da Bíblia e das *Sentenças* de Pedro Lombardo, e ainda das obras dos Padres e dos comentários de alguns teólogos modernos.

59

Artes:

os seus programas são os menos bem conhecidos: se em Bolonha se estudam os tratados de **retórica** de Cícero, em Paris a **gramática** continua a declinar; as obras antigas de Donato e Prisciano são frequentemente substituídas por gramáticas mais recentes (as de Alexandre de Villedieu e de Eberhard de Béthune), nas quais o desejo de correcção sintáctica se sobrepunha a quaisquer pretensões de elegância literária ou de composição retórica. O **quadrivium** mantém-se prestigiado em Pádua, Bolonha e, sobretudo, Oxford (os numerosos tradutores ingleses que tinham trabalhado em Espanha nos séculos XII e XIII trazem para esta universidade diversos tratados científicos gregos e árabes). Em Paris, a **dialéctica** é a arte principal: o *Organon* de Aristóteles e as obras dos grandes lógicos do século XII (Abelardo, Gilbert de la Porrée) estão na base do seu estudo.

De simples facultade preparatória, ensinando o método da dialéctica necessário aos estudos superiores de direito e teologia, a **faculdade de artes** tende, no século XIII, para se

tornar uma faculdade **autónoma**, consagrando-se ao estudo de livros e de problemas filosóficos numa perspectiva diferente da da faculdade de teologia.

60

Importância da difusão dos textos de **Averróis**, que insistem nos aspectos do aristotelismo mais incompatíveis com o cristianismo.

B) Méthodes

Em todas as faculdades, o ensino é dominado por dois tipos fundamentais de exercícios: a **lectio** e a **disputatio**.

61

As aulas dividem-se entre:

ordinárias: dadas pelos mestres, a partir dos livros mais importantes (ao início da manhã);

extraordinárias: dadas pelos bacharéis (têm lugar ao fim da manhã ou à tarde).

Os melhores professores dedicavam-se sobretudo às *disputationes*, deixando as aulas a cargo dos bacharéis.

62

Nas faculdades de artes fazem-se inúmeros exercícios práticos, necessários face à pouca idade dos alunos (que têm entre 12 e 18 anos) e ao nível mais elementar do estudo, comparativamente com as restantes faculdades.

A disputa é o exercício fundamental da pedagogia escolástica, ilustrando o seu aspecto criador.

63

A **memorização** tem um importante papel, sobretudo sob a forma de exercícios mnemotécnicos. Teólogos e juristas devem ser capazes, em plena discussão, de invocar as referências necessárias à sua argumentação.

O **livro** é outro elemento indispensável ao trabalho universitário. O seu número multiplicou-se ao longo do século XIII, em grande parte devido ao surto das universidades.

64

No século XIII não existem bibliotecas de universidades nem de colégios; mestres e estudantes procuravam construir coleções pessoais de livros. Naturalmente, a sua condição económica tem grande influência sobre o número de obras que conseguem reunir.

C) Grades

No início, os graus são de natureza corporativa: permitiam aos alunos começarem a ensinar. Na prática, poucos graduados se tornavam professores ou, em todo o caso, se mantinham como tal durante muitos anos.

65

Muitos eram encaminhados para a administração episcopal ou régia.

O sistema dos graus universitários e a organização detalhada dos exames precisaram-se ao longo do século XIII. O grau mais antigo é a licenciatura (**licentia docendi**). Em seguida aparecem outros, derivados da própria universidade, que nela introduzem uma hierarquia interna (**estudantes, bacharéis, doutores**), análoga à das outras corporações (aprendiz, companheiro, mestre).

O bacharelato fixa-se lentamente. Tem por fim fazer passar o estudante de mero auditor passivo a assistente do seu mestre, capaz de assegurar ele próprio algumas leituras e de intervir em certas disputas.

O **doutoramento** ou **mestrado** segue-se à licenciatura. Adquire progressivamente o carácter de uma cerimónia solene de recepção (*inceptio*).

66

As despesas que esta cerimónia implica levam muitos estudantes, se não pretendiam dedicar-se ao ensino, a renunciar ao grau de doutor.

É necessário ter-se vinte e um anos para ser mestre em artes. Em teoria, não é possível aceder às faculdades superiores sem passar pela faculdade das artes. Em **artes, medicina e direito** são necessários **entre seis e oito anos** para chegar à licenciatura e em **teologia, quinze**. Para se ser **doutor em teologia** era necessário ter **trinta e cinco anos**.

Para o fim da Idade Média é possível calcular que, em geral, um em cada três ou quatro estudantes obtinha o bacharelato e um em cada quinze ou vinte, a licenciatura. As proporções para o século XIII devem ser semelhantes, mas não existem dados para o seu estudo.

67

As **fontes que se referem à vida quotidiana das universidades** são pobres e frequentemente suspeitas: a iconografia é rara; as **cartas de estudantes** parecem ricas em detalhes pitorescos, mas é necessário lembrarmo-nos que provêm, não de correspondências originais, mas de *artes dictaminis* (manuais de arte epistolar e recolhas de modelos de cartas).

Em Itália, os **registos notariais** contêm numerosas referências à vida e ao trabalho dos estudantes.

Os textos oficiais (estatutos; privilégios) e as obras dos universitários são também esclarecedores quanto à vida universitária.

68

A) Diversité

A **diversidade** no recrutamento dos seus membros é o primeiro índice da complexidade dos laços que uniam a universidade à sociedade do seu tempo. Esta característica é acentuada pelo carácter transitório da pertença à universidade que, não esbatendo as diferenças, acentuava-as, pelo contrário, pela constituição de nações e colégios.

Em primeiro lugar, diversidade no recrutamento **geográfico**: o Latim como língua comum torna possível o carácter universalista das universidades.

Segundo **Marc Bloch**, os universitários estiveram entre os agentes mais móveis do «*mouvement brownien*» que animava as sociedades medievais.

69

Com os estudantes circulavam ideias e livros; a difusão do averroísmo e as «recepções» do direito romano estão certamente ligadas à circulação de alunos formados em Paris e em Bolonha.

É necessário notar também que o carácter internacional das grandes universidades não impediu que se gerassem conflitos no seu seio entre indivíduos de origens diferentes.

Notória é também a diversidade **social** do recrutamento.

Os **nobres** ocupavam um lugar importante na universidade. Os estudantes parecem ser recrutados a todos os níveis daquilo a que chamamos as classes médias: **pequena nobreza, burguesia, camponeses abastados**; a porção de estudantes de origem rural devia ser bastante forte.

70

Para muitos estudantes, a vinda para a universidade devia corresponder, não só a uma vocação intelectual, mas também a uma esperança de promoção social.

Ao lado dos estudantes ricos ou abastados, há igualmente estudantes pobres. A figura do *pauper studens* parece corresponder, não a uma verdadeira ausência de meios, mas à inexistência de rendimentos regulares para fazer frente às despesas inevitáveis: as **viagens**, o **alojamento** e a **alimentação** constituem as despesas quotidianas. Mesmo os **estudos** têm custos elevados: compra de livros, taxas de matrícula, honorários de professores, aluguer de salas de aula, etc.

71

Em certas universidades criam-se no século XIII *collegia*, para responder às necessidades dos estudantes pobres. No início, são essencialmente **instituições de caridade**, dotadas pelo seu fundador (uma personagem rica, leiga ou eclesiástica) de edifícios e rendimentos regulares, para assegurar o alojamento e a subsistência de um certo número de estudantes pobres.

Em Paris, os primeiros colégios são fundados no século XII. As universidades meridionais, no entanto, não tiveram praticamente colégios no século XIII por serem universidades de juristas (de um nível social bastante elevado); isto porque os colégios eram antes de mais destinados aos estudantes pobres das faculdades de artes e teologia.

72

Ainda que não abrigassem senão uma pequena fracção dos estudantes, os colégios desempenharam um papel não negligenciável na vida da universidade do século XIII.

Colégios como forma de permanência e acentuar de clivagens de ordem geográfica e social.

Estas instituições começam a organizar os seus próprios exercícios escolares, ultrapassando a função de meros albergues.

B) Unité

Y a-t-il eu une «condition universitaire» au XIIIe siècle?

O **trabalho** como primeiro factor de integração e de unidade. Definição do espaço urbano ocupado pelos universitários.

73

Nestes bairros a actividade é contínua: aulas e disputas sucedem-se entre as 7 e as 19 horas. As férias são curtas (normalmente em Setembro); os feriados são numerosos, mas neles os estudantes reúnem-se para assistir a cerimónias religiosas.

A prática assídua de exercícios escolares e a posse de uma cultura livresca comum deviam acabar por criar entre os estudantes e os antigos estudantes modos característicos de se exprimir e de pensar.

74

Como qualquer corporação, a universidade é, não só uma associação profissional, mas também uma confraria religiosa. Dedicar-se a assegurar a entre-ajuda fraternal dos seus membros, a assistência aos doentes, os funerais dos mortos. Organiza ainda o culto dos santos patronos da universidade.

A **devoção marial** encontra certamente nas universidades um meio favorável. Na maior parte das universidades eram venerados alguns grandes santos, protectores dos estudos: S. Nicolau, Sta. Catarina, Santos Cosme e Damião, S. Gregório Magno, etc. As nações adoptam como patronos santos com um carácter «nacional» muito acentuado.

75

O trabalho, as distrações e a oração criam assim um modo de vida original para os universitários.

Os manuais de confessores distinguem por vezes os pecados particulares dos mestres e estudantes.

76

O **«averroísmo latino»** dos anos 1260-75 oferece aos universitários não só uma filosofia coerente à margem da teologia, mas também os elementos de uma ética profissional à margem do ideal clerical tradicional: o trabalho do intelectual, que é a prática desinteressada do saber, justifica-se a si próprio, pois é força de uma manifestação do eu, fonte de força e de sabedoria.

C) Ambiguités

Enquanto corporação urbana, a universidade tenta escapar às obrigações que pesam sobre a restante população.

77

Associação de intelectuais, dedicada à investigação e ao ensino desinteressados, ela mantém-se instituição da Igreja; quando procura escapar-se à autoridade eclesiástica é para procurar a protecção directa do papado.

O seu recrutamento social e geográfico não procura qualquer unidade.

A maior parte dos estudantes formados não se dedica ao ensino, mas procura uma carreira ao serviço dos príncipes ou da Igreja.

Referência às contradições e ambiguidades várias no seio da universidade e na sua definição.

Incapacidade de uma definição do ideal moral apropriado ao carácter original da sua condição e, no plano económico, da natureza e do valor do seu trabalho.

Na base, duas ideias tradicionais, retomadas da Antiguidade e da patrística: a **recusa de pôr no mesmo plano trabalho intelectual e trabalho manual, artes «liberais» e artes «mecânicas»**.

Ideal de um ensino gratuito, mas necessidade de assegurar a subsistência dos mestres. Duas teses em confronto:

para a Igreja, como afirmam os III e IV concílios de Latrão, o professor não deve ser pago; a sua subsistência deve ser assegurada por uma prebenda eclesiástica;

por outro lado, certos autores sustentam que é necessário distinguir a *ciência* do professor (dom de Deus, que não pode ser vendido) do seu *trabalho*, que merece, este sim, uma remuneração justa. Seriam assim os estudantes a assegurar a existência do mestre, entregando-lhe as suas *collectæ*.

78

Na maioria das vezes, os honorários ao professor eram pagos sob a forma menos comprometedora do presente; o professor pode «aceitar» mas não «exigir» dinheiro dos seus alunos.

Com o progresso da centralização pontifical, o papado pôde, cada vez mais, dotar os mestres de um rendimento eclesiástico. Assim se restabelece aparentemente a gratuitidade do ensino. No entanto, o custo dos estudos não havia de forma alguma diminuído; esta evolução teve por principal consequência deparar os universitários dos trabalhadores urbanos, para os juntar ao grupo dos privilegiados, beneficiários e funcionários mantidos pela Igreja e pelas coroas.

79

Chapitre III Problèmes et Conflits du Treizième Siècle

No decurso do século XIII, a definição jurídica das prerrogativas escolares do papado precisa-se com a aparição da *licentia ubique docendi* (réplica pontifical da licença do do universitário, ela é válida em toda a cristandade).

Mesmo as universidades mais antigas, de geração «espontânea», receberam quase todas, no fim do século XIII, um privilégio pontifical confirmando o valor universal da sua licença.

80

A atitude do papado é dominada pela ideia de que as universidades devem manter-se instituições eclesásticas. O ensino, sobretudo o ensino superior, era uma das funções primordiais da Igreja.

Tradicionalmente, o direito civil e a medicina são suspeitos para os autores eclesásticos, que os consideram disciplinas profanas, totalmente voltadas para a satisfação de necessidades materiais.

81

Há, sobretudo nas universidades italianas, estudantes e mestres que não receberam nem a tonsura nem as ordens; a sua proporção é crescente e, no início do século XIV, encontram-se entre estes leigos professores de direito canónico.

82

Para o papado, as universidades devem, antes de mais, fornecer um pessoal qualificado para todas as funções em que os recentes sucessos das heresias tinham mostrado os perigos da incompetência intelectual.

83

Afastamento entre a cultura monástica e as universidades.

É entre as novas ordens mendicantes que os papas do século XIII encontram, a partir dos anos 1210-20, a sua mais forte base de sustento, e é a eles que se esforçam por introduzir nas universidades, com destaque para as faculdades de teologia.

1. *Religieux Mendicants et Maîtres Séculars*

O problema dos estudos esteve sempre no centro da espiritualidade destas ordens.

S. Domingos coloca o estudo entre as actividades essenciais dos frades, mas considera que ele não é praticado como um fim em si.

84

O único estudo considerado útil aos pregadores é o da teologia. As artes, com relevo para a dialéctica, são estudadas enquanto preparatórias para a abordagem das Escrituras.

Desejo de um controlo apertado da formação intelectual dos membros: o pregador estuda no interior da ordem e dos seus conventos.

85

O sistema de ensino dominicano era decalcado do universitário.

S. Francisco começa por demonstrar hostilidade aos estudos: livros, edifícios e o refinamento da teologia escolástica são tesouros cuja posse é incompatível com o seu ideal de pobreza.

86

Depois da morte do seu fundador, os franciscanos introduzem-se nas universidades. No entanto, o bom entendimento inicial não esconde que os mendicantes não se integraram verdadeiramente. Constituíam mesmo um perigo permanente pois, em muitos pontos, faltavam à solidariedade interna que fundamentava a corporação universitária.

87

Sem em nada contribuírem para a defesa da corporação universitária, ameaçam privar os mestres seculares das suas cadeiras e dos seus alunos.

88

Duas concepções da universidade, duas mentalidades em confronto: ao zelo apostólico, por vezes brutal, dos mendicantes, opõem-se as recusas maltusianas dos mestres seculares; como em qualquer corporação, estes queriam limitar a produção e os efectivos da profissão, para melhor assegurarem o seu monopólio.

89

Conflitos seculares vs. mendicantes: 1252-1261

Malgré tout, le dernier mot resta aux mendicants. Foram solenemente reintegrados na universidade; os dominicanos receberam o direito de ter duas cadeiras de teologia, as outras ordens, uma.

91

Alexandre IV mostrou brutalmente que o desejo do papado não era o de favorecer o desenvolvimento das universidades e da sua autonomia, mas o de as pôr ao seu serviço directo, nelas introduzindo os seus partidários mais fortes, os mendicantes.

2. *Apogée et Crise de la Scolastique*

92

Nas faculdades de artes e de teologia, o grande problema do século XIII foi o aristotelismo. A obra de Aristóteles, cada vez mais bem conhecida, esclarecida pelos comentadores árabes, oferecia um sistema coerente do mundo e o modelo de um saber que, estabelecido sobre a base das «ciências naturais», terminava em ontologia e cosmologia.

Tratava-se de saber se este sistema, cujo peso se impunha a todos, podia ser conciliado com o dogma cristão.

93

O estudo do aristotelismo impõe-se aos teólogos nos anos 1230-1250, com o secular Guillaume d'Auvergne, o franciscano Alexandre de Halès e o dominicano Albert le Grand. Estes doutores usam os comentários de Avicena.

É entre 1250 e 1275 que se situam as grandes obras de síntese, as «sumas» do franciscano **São Boaventura** e sobretudo do dominicano **São Tomás**. Sem renunciar às concepções agostinianas, São Tomás afirma com Aristóteles que o conhecimento sensível é possível e legítimo, e que se pode, através da relação racional das causas, daí chegar ao conhecimento divino.

94

Segundo a sua opinião, as ciências naturais e do homem encontram o seu lugar, não cultivadas por si mesmas, mas servindo para esclarecer os diversos aspectos de um universo inteiro voltado para o seu criador.

A partir de 1250, os textos de Averróis e Aristóteles são estudados nas faculdades de artes. Trata-se de um meio muito menos ligado à Igreja do que a faculdade de teologia, e assim longe das preocupações da ortodoxia que tinham os teólogos, sobretudo os das ordens mendicantes.

95

Os averroístas renunciavam a conciliar Aristóteles com o Cristianismo, a razão e a fé; creem na existência de duas ordens de verdades: As atingidas pela razão natural, que são filosoficamente irrefutáveis, e as que nos são reveladas pelo dogma (por vezes contrárias às primeiras), às quais aderimos por um acto de fé.

Il est probable ... qu'il avait au moins la dimension d'une prise de conscience sociale, celle de l'originalité de la condition du travailleur intellectuel.

96

As ideias averroístas não podiam senão escandalizar os mestres de teologia, sobretudo os mais tradicionais, como São Tomás, que se mantêm presos ao agostinismo e hostis a todo o recurso à filosofia de Aristóteles.

1270: condenação de treze teses que reúnem o essencial da doutrina averroísta.

1277: os mestres averroístas são expulsos da universidade.

Ce n'était pas seulement l'averroïsme ... qui était frappé, mais bien tout l'effort pour concilier foi et raison, pour élaborer, par la coopération de l'Écriture sainte et des philosophes grecs et arabes, les éléments d'un (/97) système intelligible du monde, pour éclairer des lumières «naturelles» de la philosophie une foi en quête non seulement de salut mais d'intelligence.

Se 1277 marcou, de forma geral, o fim dos grandes esforços de síntese, da confiança absoluta nas possibilidades criadoras da escolástica, foi também o ponto de partida para investigações fecundas. A teologia regressou à tradição agostiniana. Por seu lado, as ciências «naturais» (física, política), libertadas do desejo de se integrarem em vastas construções teológicas, começaram o seu desenvolvimento.

Esta separação entre *science* e *sagesse* caracteriza a vida intelectual da universidade de Paris no século XIV. Em Oxford, ela dera-se já no século anterior, onde as investigações científicas eram muito mais intensas.

98

Bacon, por exemplo, insiste na importância da experiência na investigação científica.

O surto das faculdades de artes ligado ao desenvolvimento dos estudos de «filosofia natural» foi quebrado pela condenação de 1277. Deu-se então um retorno às disciplinas tradicionais (gramática, lógica). O papel destas universidades diminuiu em importância, tornando-se elas meras escolas de gramática; muitos estudantes pouparam-se depois de esta preparação inicial.

O retorno da teologia a perspectivas mais tradicionais teve como consequência, entre outras, um empobrecimento da pedagogia. Os exercícios mais originais passaram a ser menos praticados.

99

Dá-se uma **alteração fundamental na própria função das faculdades de teologia**: Se antes tinham afirmado como vocação o livre exercício do saber (Bernard de Chartres: «*Nous sommes des nains juchés sur les épaules de géants. Ainsi nous voyons davantage et plus loin qu'eux ...*»), as crises do século XIII encaminham-nas para uma estrita dependência das autoridades eclesásticas, e para um papel de **guardiãs e ilustradoras da ortodoxia contra as heresias**.

100

As faculdades de **medicina** e de **direito** são as que mais lucram com esta situação: poupadas aos conflitos mais graves, vêem o seu papel reforçado pela **evolução geral da sociedade** e dos Estados.

A **formação profissional dos juristas e canonistas competentes** passa, no início do século XIV, para o primeiro lugar nas funções da universidade.

101

A renovação dos estudos jurídicos começou em Orleães, em redor de dois mestres: **Jacques de Revigny** (aí professor entre *circa* 1260 e 1280) e **Pierre de Belleperche** (entre 1280 e 1296). Estes mestres recorrem largamente à dialéctica e tratam o direito romano de forma simbólica, partindo de princípios gerais e seguindo a aplicação ao nível dos casos particulares.

O declínio completo da instituição imperial a partir do «grande interregno» (1250-1273) ajudou-os a admitir que o direito antigo, imperial, não é o único possível; reconhecem assim o poder legislativo de toda a comunidade autónoma, cidade ou estado. Os costumes locais e as legislações municipais foram admitidos como formas de direito comum, ao mesmo nível que a *lex* antiga, e como ela estudados nas faculdades.

102

São estas transformações do ensino jurídico que permitem, no final do século XIII, a «recepção» do direito romano no Ocidente.

103

Contradictions qui apparaissent au grand jour, crises qui déchirent la plus prestigieuse d'entre elles, l'université de Paris, et remettent en cause jusqu'au contenu et aux méthodes d'enseignement, mais aussi dynamisme humain incontestable, renouveau des études juridiques, prospérité des universités secondaires ..., le XIIIe siècle se termine sur ces impressions contrastées qui obligent déjà à poser la question qui est au centre de l'historiographie des universités européennes des XIVe et XVe siècles: déclin ou transformation?

104

Deuxième Partie *LA FIN DU MOYEN ÂGE (quatorzième-quinzième siècles)* *DÉCLIN OU TRANSFORMATION?*

No plano das instituições e da organização do ensino, os séculos XIV e XV não fazem senão repetir o século XIII.

Trata-se de uma época de grande expansão e desenvolvimento das universidades: quinze em cerca de 1300, mais de setenta em 1500. O número dos estudantes aumenta de forma marcada, os edifícios universitários multiplicam-se e enriquecem-se.

111

Chapitre IV *Les Universités et l'Église*

A proporção dos leigos entre os mestres e os estudantes aumenta, particularmente nas universidades italianas e do midi francês.

O papado mantém o monopólio da Igreja em matéria de ensino e de concessão da licença; a bula pontifícia é necessária para a fundação de um novo *studium generale*.

112

1. Faillite de la Théologie Universitaire

No final do século XIII, o papado tende a reservar para a faculdade de teologia de Paris uma espécie de monopólio, considerando-a uma autoridade em matéria de fé, cujo magistério se estende a toda a cristandade. Na segunda metade do século XIV, esta concepção deu lugar a uma política de descentralização, a maioria das universidades antigas e novas receberam faculdades de teologia.

Na Igreja dos séculos XIV e XV, os clérigos formados em faculdades de teologia são pouco numerosos e pertencem na sua maioria às ordens mendicantes.

Neste mesmo período, o ensino da teologia dá mostras incontestáveis de esclerose e declínio.

113

Vêm, no entanto, pelo menos no século XIV, o nascimento de novas doutrinas, entre as quais a mais original é a de **Guilherme d'Occam** (antes de 1330-1349), que prolonga (ainda que criticando bastantes pontos) a obra de **Jean Duns Scott** (1265-1308): Ambos são franciscanos ingleses que ensinam em Oxford e Paris.

A obra de ambos apresenta-se, antes de mais, como uma crítica ao Tomismo.

A partir de 1350, o Occamismo penetra largamente nas universidades.

Em Paris, no século XV, os occamistas representam a *via moderna* em teologia, opondo-se abertamente aos tomistas; no fim do século, apesar de uma última proibição de 1474 a 1481, os doutores occamistas detêm solidamente a faculdade de teologia.

114

Segundo **Occam**, a nossa inteligência é incapaz de compreender seja o que for acerca de Deus. Apenas podemos conhecer aquilo que ele próprio decidir revelar-nos.

115

Nas faculdades de teologia, o principal efeito do Occamismo foi o de esterilizar o ensino.

116

Esta esclerose do ensino teológico acaba por ser sentida pelos próprios teólogos, afectando a ideia que tinham do seu trabalho e do seu papel na Igreja.

117

Afirmando que Deus é liberdade absoluta, e que nada podemos conhecer dos seu desígnios para além dos textos da revelação divina, o nominalismo põe em causa o *direito divino* e a necessidade das instituições eclesiásticas existentes. A referência directa ao texto do Evangelho vai tornar-se um dos processos clássicos da crítica eclesiológica.

118

Em certos teólogos do século XV, a crítica das estruturas eclesiásticas faz-se de uma forma bastante violenta: afirmam os direitos da sociedade civil, do povo leigo, e vêem no Estado a instituição encarregada de velar pelo *bem comum* dos fieis. Tais teses foram desenvolvidas por indivíduos como **Marsílio de Pádua**, autor do *Defensor Pacis* (1324), pelo próprio **Occam**, no *Dialogus* (1331-38), por **Wycliff**, em *De Domino Divino* e *De civili Dominio* (135-1376).

O **grande cisma** (1378-1417) forneceu-lhes a ocasião de tentar levar à prática as determinações do concílio de constança (1414-1417) e de Bâle (1431-1449), criando a ilusão de que iam transformar o governo da Igreja e desempenhar um papel de primeiro plano.

120